

EFETIVO SEDF 2026

MARATONA

Qual será a banca?

WILLIAM DORNELA

CARLINHOS COSTA

MARIANA NOLETO

GUILHERME AUGUSTO

ADENILTON ALMEIDA

FERNANDO SOUSA

CLEBER MONTEIRO

ISRAEL BATISTA

MARATONA

Qual será a banca?

17H40 ÀS 18H20 - **CURRÍCULO** - GUILHERME AUGUSTO

01. Ao compreender o currículo como uma seleção cultural historicamente produzida, pode-se afirmar que a definição dos conhecimentos considerados legítimos para integrar a escolarização envolve relações sociais, disputas e critérios de valorização cultural; nessa perspectiva, mesmo quando formalizado por instâncias normativas, o currículo não constitui artefato neutro, pois sua elaboração expressa escolhas acerca dos conhecimentos, sujeitos e finalidades formativas socialmente privilegiados.

02. As teorias tradicionais do currículo, ao concentrarem sua atenção na organização racional do ensino, nos objetivos educacionais, na seleção de experiências e na avaliação dos resultados, afastaram de seu campo de preocupações a relação entre currículo e sociedade, razão pela qual autores como Bobbitt e Tyler formularam modelos curriculares desvinculados de qualquer concepção acerca das finalidades sociais da educação.

03. Na perspectiva crítica, deslocar a questão curricular de “como organizar eficientemente o ensino?” para questões relacionadas a “por que determinados conhecimentos são selecionados?” e “a quais interesses sociais essa seleção pode estar vinculada?” significa modificar o próprio objeto da análise curricular, incorporando categorias como poder, ideologia, reprodução, resistência e desigualdade à compreensão dos processos de seleção e distribuição do conhecimento escolar.

04. A distinção analítica entre currículo prescrito e currículo em ação pressupõe que o primeiro corresponde ao conjunto de determinações normativas estabelecidas externamente à escola, enquanto o segundo resulta da autonomia pedagógica dos docentes; consequentemente, uma prática desenvolvida em sala de aula deixa de constituir expressão do currículo prescrito sempre que o professor a ressignifica em função das características concretas dos estudantes.

05. A noção de currículo oculto permite analisar aprendizagens produzidas pela organização cotidiana da escola que não precisam estar explicitadas em documentos curriculares, abrangendo disposições, valores, comportamentos, hierarquias e formas de relacionamento; por essa razão, regras de participação, distribuição da palavra, organização dos espaços e expectativas diferenciadas em relação aos estudantes podem produzir efeitos formativos mesmo sem constituírem conteúdos formalmente prescritos.

06. O reconhecimento da existência de um currículo oculto implica compreender que seus efeitos formativos decorrem necessariamente de práticas inconscientes ou não intencionais dos sujeitos escolares, pois, quando professores e gestores têm consciência dos valores e comportamentos produzidos pelas rotinas institucionais, tais aprendizagens passam conceitualmente a integrar o currículo formal.

07. Nas teorias pós-críticas, a ampliação das análises sobre identidade, diferença, gênero, raça, etnia, sexualidade, linguagem e representação não conduz necessariamente ao abandono das discussões sobre poder presentes nas teorias críticas; em diversas formulações, ocorre uma reconfiguração da própria problemática do poder, que passa a ser examinada também em sua articulação com processos discursivos e culturais de produção de identidades e diferenças.

08. Ao distinguir currículo formal e currículo real, considera-se que o primeiro estabelece intencionalidades, conhecimentos e orientações previamente definidos, enquanto o segundo corresponde ao conjunto das aprendizagens efetivamente demonstradas pelos estudantes ao final do processo educativo, sendo sua identificação dependente dos resultados obtidos por instrumentos de avaliação da aprendizagem.

MARATONA

Qual será a banca?

09. Uma análise curricular fundamentada em Gimeno Sacristán pode reconhecer que aquilo que chega à experiência concreta dos estudantes resulta de sucessivas mediações, pois as prescrições curriculares são interpretadas por instâncias institucionais, materiais pedagógicos, projetos escolares e professores antes e durante sua realização; desse modo, a existência de referenciais comuns não implica uniformidade absoluta das práticas curriculares.

10. A concepção de currículo como práxis supera a separação entre formulação e execução curricular ao sustentar que o currículo adquire significado nas práticas sociais concretas; dessa perspectiva decorre que os documentos curriculares perdem relevância analítica, uma vez que o currículo deve ser investigado prioritariamente no cotidiano escolar, onde se encontram suas determinações efetivamente significativas.

11. A abordagem crítica do currículo possibilita compreender que a reprodução das desigualdades pela escola não deve ser interpretada como processo linear e mecanicamente determinado pelas estruturas econômicas, sobretudo quando se incorporam ao debate categorias como contradição, mediação e resistência, que permitem reconhecer a escola simultaneamente como espaço condicionado pelas relações sociais e como terreno no qual essas relações podem ser tensionadas.

12. A compreensão do currículo como construção histórica permite reconhecer que conteúdos e disciplinas escolares resultam de processos de seleção, estabilização e transformação ao longo do tempo; por conseguinte, a permanência prolongada de determinado componente curricular na organização escolar constitui evidência suficiente de que seu conhecimento possui valor formativo intrínseco, relativamente independente das disputas sociais que acompanharam sua institucionalização.

13. Ao conceber o currículo como território de produção de identidades, as teorias contemporâneas permitem analisar que a escola não transmite simplesmente representações previamente constituídas sobre sujeitos e grupos sociais, mas participa de processos pelos quais diferenças são significadas, normalizadas, valorizadas ou marginalizadas, tornando as práticas de representação uma dimensão relevante da investigação curricular.

14. Embora currículo formal, currículo real e currículo oculto constituam categorias analiticamente distintas, uma mesma situação pedagógica pode ser examinada simultaneamente pelas três dimensões: uma atividade pode concretizar conhecimentos formalmente prescritos, adquirir configurações particulares durante sua realização e, ao mesmo tempo, produzir aprendizagens implícitas relacionadas a valores, hierarquias, comportamentos ou expectativas sociais.

15. Nas teorias críticas e pós-críticas do currículo, a contestação da neutralidade do conhecimento escolar conduz à compreensão de que todo conhecimento curricularmente selecionado deve ser interpretado como instrumento de dominação dos grupos hegemônicos; desse modo, a possibilidade de apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido torna-se incompatível com perspectivas que relacionam currículo, cultura e poder.

MARATONA

Qual será a banca?

18H20 ÀS 19H - LEGISLAÇÃO E TEMAS EDUCACIONAIS - CARLINHOS E WILLIAM

No CEF Nova Betânia, da rede pública do Distrito Federal, a equipe pedagógica identificou faltas recorrentes de alguns estudantes, dificuldades de acesso de uma aluna com deficiência física a determinados espaços da escola e episódios de discriminação entre colegas.

Para enfrentar essas situações, a escola planejou ações de busca ativa, melhorias de acessibilidade e adaptação de atividades recreativas. Em uma turma do 7º ano, a professora também desenvolveu um projeto sobre o bairro, no qual os estudantes utilizaram tablets para pesquisar, produzir conteúdos digitais e apresentar propostas à comunidade escolar.

Durante o planejamento, a equipe discutiu a importância de promover a participação dos estudantes, valorizar práticas pedagógicas bem-sucedidas e considerar as desigualdades educacionais e regionais.

Acerca da Resolução n.º 02, de 12 de dezembro de 2023, julgue o item subsequente:

01. Ao organizar ações voltadas à frequência, à participação e ao desenvolvimento dos estudantes, o CEF Nova Betânia atua em consonância com a compreensão de educação como direito universal e alicerce da sociedade, orientada ao pleno desenvolvimento da pessoa e à formação de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes.

Acerca das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, julgue o item subsequente:

02. A utilização de tablets em um projeto escolar pode contribuir para o desenvolvimento da competência relacionada às tecnologias digitais quando os estudantes são orientados a explorar conteúdos previamente selecionados pela professora, utilizando os recursos principalmente como suporte para o acesso e a compreensão das informações trabalhadas em sala.

Acerca da Resolução n.º 02, de 12 de dezembro de 2023, julgue o item subsequente:

03. Diante das ausências recorrentes de es-

tudantes, a busca ativa desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal constitui uma estratégia de acompanhamento da frequência escolar, cabendo à escola articular as providências pedagógicas relacionadas ao retorno dos estudantes e acompanhar sua permanência no processo educacional.

Acerca da concepção de educação integral assumida pela Base Nacional Comum Curricular, julgue o item subsequente:

04. O projeto sobre o território, ao considerar os interesses dos estudantes, os desafios da sociedade contemporânea e as diferentes formas de viver as infâncias e juventudes, mostra-se compatível com a educação integral, mesmo que ocorra em jornada escolar parcial.

Acerca do direito à educação da pessoa com deficiência, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão, julgue o item subsequente:

05. A decisão da escola de promover adequações nos espaços, nas atividades e nas estratégias pedagógicas para favorecer a participação da estudante com deficiência física está alinhada ao dever do poder público de implementar medidas individualizadas e coletivas que ampliem o desenvolvimento acadêmico e social.

Acerca das diretrizes do Plano Nacional de Educação, julgue o item subsequente:

06. Ao buscar conhecer práticas desenvolvidas por outras instituições educacionais, o CEF Nova Betânia deve reproduzi-las de forma idêntica, pois a identificação e a disseminação de experiências exitosas afastam a necessidade de considerar as diversidades regionais.

Acerca da acessibilidade e da participação da pessoa com deficiência no sistema escolar, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão, julgue o item subsequente:

07. A reorganização dos espaços escolares e das atividades recreativas, esportivas e de lazer deve assegurar à estudante com defi-

MARATONA

Qual será a banca?

ciência acesso em igualdade de condições, abrangendo edificações, ambientes e atividades desenvolvidas pela comunidade escolar.

Acerca dos objetivos gerais da educação nacional previstos no Plano Nacional de Educação, julgue o item subsequente:

08. A preocupação da equipe com desigualdades educacionais, preconceitos e diferenças entre territórios está em consonância com objetivos voltados à superação das desigualdades regionais e educacionais e à erradicação de formas de discriminação.

Acerca das finalidades da educação básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgue o item subsequente:

09. A articulação entre desenvolvimento dos estudantes, formação para o exercício da cidadania e preparação para a continuidade dos estudos e para o trabalho está de acordo com as finalidades atribuídas à educação básica.

Acerca dos conceitos estruturantes do Plano Nacional de Educação, julgue o item subsequente:

10. No planejamento educacional, as estratégias correspondem às mudanças esperadas com a implementação das políticas, enquanto os objetivos representam as ações que os governos devem executar para alcançar metas definidas em determinado intervalo de tempo.

No Centro Educacional Caminhos do Saber, da rede pública do Distrito Federal, a equipe pedagógica verificou que parte dos estudantes apresentava dificuldades de aprendizagem e participação nas atividades. Na Educação de Jovens e Adultos, a frequência de alguns estudantes foi afetada pela jornada de trabalho e por responsabilidades familiares.

Diante disso, professores, coordenação pedagógica, estudantes e famílias participaram de reuniões para analisar resultados de avaliações, rever o planejamento e discutir ações previstas no Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Entre as propostas, estavam a diversificação das estratégias de ensino, a realização de devolutivas sobre a aprendizagem, a adequação de horários e atividades para a EJA e a criação de espaços de escuta e decisão coletiva.

Com base nessa situação, julgue os itens a seguir:

Acerca do planejamento e da organização do trabalho pedagógico, julgue o item subsequente.

11. A análise das dificuldades de aprendizagem pela equipe escolar pode orientar a definição de objetivos, estratégias, recursos e formas de acompanhamento, articulando o planejamento às necessidades identificadas no cotidiano da instituição.

Acerca da avaliação escolar, julgue o item subsequente:

12. A utilização dos resultados avaliativos para compreender avanços e dificuldades dos estudantes, seguida da reorganização das intervenções pedagógicas, caracteriza a avaliação como elemento integrante do processo de ensino e aprendizagem.

Acerca do planejamento e da organização do trabalho pedagógico, julgue o item subsequente:

13. Após a elaboração do planejamento anual, a equipe docente acompanha o desenvolvimento das aprendizagens e identifica mudanças nas necessidades apresentadas pelos estudantes. Nessa situação, a organização do trabalho pedagógico deve priorizar a execução do planejamento anual conforme sua formulação inicial, uma vez que alterações frequentes podem comprometer a continuidade do processo pedagógico.

Acerca da avaliação escolar, julgue o item subsequente:

14. As devolutivas dadas aos estudantes sobre seus desempenhos podem favorecer a compreensão de seus avanços e desafios, desde que sejam utilizadas para orientar novos percursos de aprendizagem.

MARATONA

Qual será a banca?

Acerca do Projeto Político-Pedagógico, julgue o item subsequente:

15. A discussão coletiva sobre dificuldades da escola e sobre ações para enfrentá-las expressa a dimensão política e pedagógica do PPP, que orienta a identidade, as finalidades e a organização do trabalho escolar.

Acerca da relação professor-aluno, julgue o item subsequente:

16. A escuta dos estudantes e o diálogo sobre suas dificuldades podem fortalecer a relação pedagógica, sem afastar a responsabilidade docente de planejar, orientar e acompanhar a aprendizagem.

Acerca da gestão democrática da educação, julgue o item subsequente:

17. A participação de professores, estudantes, famílias e demais integrantes da comunidade escolar em debates sobre os desafios da instituição favorece o levantamento de diferentes percepções e experiências, enquanto a definição das decisões pedagógicas permanece sob responsabilidade da equipe gestora, considerando as contribuições apresentadas.

Acerca da gestão democrática da educação, julgue o item subsequente:

18. A participação de professores, estudantes, famílias e demais integrantes da comunidade

escolar em debates sobre os desafios da instituição favorece o levantamento de diferentes percepções e experiências, enquanto a definição das decisões pedagógicas permanece sob responsabilidade da equipe gestora, considerando as contribuições apresentadas.

Acerca do Projeto Político-Pedagógico, julgue o item subsequente:

19. A revisão de ações previstas no PPP, com base nas demandas identificadas pela comunidade escolar, contribui para que o documento permaneça relacionado à realidade da instituição e aos objetivos educacionais definidos coletivamente.

Acerca da gestão democrática da educação bem como da situação hipotética anterior, julgue o item subsequente:

20. No Centro Educacional Caminhos do Saber, a definição das prioridades para utilização dos recursos destinados à escola deve considerar as necessidades identificadas no cotidiano institucional. Nesse processo, a divulgação das informações sobre a aplicação dos recursos contribui para a transparência da gestão, enquanto a apreciação das despesas realizadas pode ser conduzida pelos responsáveis administrativos da unidade.

19H ÀS 19H40 - TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS - FERNANDO SOUSA

Uma equipe escolar analisa os dados de abandono e baixo desempenho dos estudantes. Parte do grupo afirma que a escola precisa “corrigir a ignorância” por meio de aulas mais fortes, conteúdos organizados e disciplina intelectual. Outro grupo entende que o problema não está apenas no conteúdo, mas na rejeição, na falta de pertencimento e na ausência de experiências que aproximem o estudante da escola. A coordenação percebe que as duas leituras acreditam no poder da educação para corrigir a marginalidade, mas partem de explicações diferentes sobre o que produz essa marginalização. A

situação dialoga com a classificação de Saviani, segundo a qual há teorias que veem a educação como instrumento de equalização social e superação da marginalidade, chamadas por ele de teorias não críticas.

01. Ao afirmar que o estudante marginalizado é aquele que não domina os conhecimentos sistematizados, e que cabe à escola transmitir o acervo cultural acumulado pela humanidade, a equipe aproxima-se da pedagogia tradicional, pois nela a ignorância é tomada como causa central da marginalidade.

02. Quando a escola desloca o foco do domí-

MARATONA

Qual será a banca?

nio dos conteúdos para a aceitação do estudante pelo grupo, valorizando sentimentos, interesses, espontaneidade e experiências, ela supera a lógica liberal e passa automaticamente para uma tendência progressista.

03. No caso apresentado, tanto a professora tradicional quanto o professor escolanova compartilham uma crença comum: a de que a educação possui autonomia suficiente para corrigir distorções sociais, ainda que discordem sobre os meios pedagógicos adequados para isso.

04. Se uma escola afirma que o fracasso escolar decorre principalmente da ausência de ambientes ricos, materiais variados, pequenos grupos e relações interpessoais estimulantes, sua leitura aproxima-se mais da pedagogia nova do que da pedagogia tradicional.

05. Segundo Saviani, a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia tecnicista são críticas porque identificam os condicionantes sociais da escola e explicam a marginalidade como produto estrutural da sociedade de classes.

Uma rede de ensino decide padronizar suas práticas pedagógicas. Os professores recebem apostilas, objetivos operacionais, sequências fechadas, instrumentos de verificação e metas de desempenho. A justificativa oficial é garantir eficiência, produtividade, neutralidade técnica e redução das interferências subjetivas no trabalho docente. Alguns professores reconhecem que o planejamento ficou mais organizado, mas reclamam que passaram a executar procedimentos definidos por especialistas externos, com pouca margem para interpretar a realidade concreta das turmas. Essa situação se aproxima da pedagogia tecnicista, descrita por Saviani como uma pedagogia baseada na racionalidade, eficiência, produtividade e organização objetiva do processo educativo.

06. A proposta da rede aproxima-se da pedagogia tecnicista porque desloca o centro

do processo educativo para a organização racional dos meios, colocando professor e aluno em posição secundária diante de procedimentos previamente planejados.

07. A existência de apostilas, avaliações e recursos tecnológicos contradiz uma prática tecnicista, ainda que o professor utilize esses instrumentos para problematizar a realidade social dos estudantes.

08. No tecnicismo, a marginalidade deixa de ser vista como ignorância ou rejeição e passa a ser associada à incompetência técnica, à ineficiência e à improdutividade, o que revela sua vinculação com demandas de adaptação ao sistema produtivo.

09. A pedagogia tecnicista valoriza a autonomia docente porque entende que o professor deve decidir livremente o que ensinar, quando ensinar e como avaliar, de acordo com os conflitos sociais vividos pela turma.

10. A frase “na pedagogia tradicional importa aprender, na pedagogia nova importa aprender a aprender e na pedagogia tecnicista importa aprender a fazer” sintetiza diferenças internas entre tendências não críticas, sem transformar o tecnicismo em pedagogia progressista.

Em uma formação continuada, os professores discutem se a escola pública consegue enfrentar as desigualdades sociais. Um grupo argumenta que a escola apenas reproduz a sociedade capitalista, legitimando a dominação cultural, selecionando os estudantes e naturalizando diferenças de classe. Outro grupo reconhece essa crítica, mas questiona se ela não leva a uma visão paralisante, como se a escola não pudesse ser transformada historicamente. O debate permite distinguir as teorias não críticas, que apostam ingenuamente na escola como solução, das teorias crítico-reprodutivistas, que explicam a escola a partir dos seus condicionantes sociais, mas tendem a vê-la como reprodutora da dominação.

11. As teorias crítico-reprodutivistas são cha-

MARATONA

Qual será a banca?

mas também recebe muitas críticas porque compreendem a educação a partir de seus condicionantes sociais, mas são reprodutivistas porque entendem que a escola cumpre a função de reproduzir a sociedade em que está inserida.

12. Para Saviani, as teorias crítico-reprodutivistas apresentam uma proposta pedagógica concreta de transformação da escola, indicando métodos de ensino, organização curricular e estratégias didáticas para superar a marginalidade.

13. Na teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica, associada a Bourdieu e Passeron, a escola pode reforçar a dominação porque transforma desigualdades culturais em diferenças aparentemente naturais de mérito escolar.

14. Na teoria da escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado, de Althusser, a escola é compreendida como instituição neutra, situada fora das disputas ideológicas, cuja função principal é garantir igualdade real de oportunidades.

15. A teoria da escola dualista entende que a aparência de escola única encobre redes escolares diferenciadas, relacionadas à divisão da sociedade capitalista em classes, o que impede tratar a desigualdade escolar apenas como falha individual do estudante.

Uma professora da EJA organiza uma sequência sobre trabalho, território, desigualdade e direitos sociais. Ela parte das experiências dos estudantes, mas não fica apenas no relato pessoal: introduz conceitos, textos, dados históricos, análise crítica e debate coletivo. Na reunião pedagógica, alguns colegas classificam a prática como “liberal renovada”, porque há participação dos alunos; outros a aproximam da pedagogia libertadora, por partir da realidade vivida; e outros destacam a centralidade dos conteúdos em confronto com a prática social. A discussão exige diferenciar tendências liberais e progressistas em Libâneo, além das

posições filosóficas indicadas por Luckesi: redenção, reprodução e transformação.

16. Pela classificação de Libâneo, uma prática centrada na adaptação do indivíduo aos papéis sociais existentes, ainda que use linguagem de liberdade, interesse e desenvolvimento pessoal, permanece no campo da pedagogia liberal.

17. A pedagogia progressista, em Libâneo, parte de uma análise crítica das realidades sociais e assume finalidades sociopolíticas da educação, razão pela qual não se confunde com simples inovação metodológica.

18. A tendência crítico-social dos conteúdos rejeita a transmissão dos conhecimentos escolares porque considera que todo conteúdo sistematizado reproduz necessariamente a ideologia dominante.

19. Na situação apresentada, a prática da professora pode se aproximar da tendência crítico-social dos conteúdos quando articula experiências concretas dos estudantes, conteúdos sistematizados e análise crítica das relações sociais.

20. Em Luckesi, a tendência transformadora recusa tanto o otimismo ingênuo da educação redentora quanto o pessimismo imobilizador da educação reprodutivista, pois reconhece condicionantes históricos e aposta na ação crítica dentro das contradições sociais.

MARATONA

Qual será a banca?

19H40 ÀS 20H20 - LEI COMPLEMENTAR 840 - ADENILTON ALMEIDA

(Quadrix - 2021 - SEDF - Professor Substituto – Atividades)

Conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital n.º 840/2011, julgue o item:

01. A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a sua autoria, com decisão transitada em julgado.

(Quadrix - 2021 - SEDF - Professor Substituto – Atividades)

Conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital n.º 840/2011, julgue o item:

02. A responsabilidade administrativa do servidor em relação aos atos praticados no exercício do cargo não permanece após a exoneração ou a aposentadoria.

(Quadrix - TERRACAP - Técnico Administrativo)

03. A advertência é a sanção por infração disciplinar moderada por meio da qual se reprova verbalmente a conduta do servidor, podendo ser substituída, motivadamente, por uma suspensão de três dias.

(Quadrix - TERRACAP - Técnico Administrativo)

04. A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou do subsídio dos dias em que estiver afastado.

(Quadrix - 2021 - SEDF - Professor Substituto – Administração)

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital n.º 840/2011, julgue o item:

05. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão por infração disciplinar poderá ser convertida em multa no valor da remuneração diária, por dia de suspensão, e o servidor ficará obrigado a

cumprir integralmente a jornada de trabalho.

(IADES - 2019 - BRB – Advogado)

06. A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição uma única vez.

(Quadrix - 2021 - SEDF - Professor Substituto – Administração)

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital n.º 840/2011, julgue o item:

07. É classificada como infração disciplinar grave a prática de ato incompatível com a moralidade administrativa e como infração leve a prática de comércio na repartição.

(CESPE - 2019 - SLU-DF - Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Modernização da Gestão das Atividades de Resíduos)

08. Ao ter-se recusado injustificadamente a compor a comissão, João incorreu em infração de natureza média, cuja pena poderá ser de suspensão de até noventa dias.

(CESPE - 2019 - SLU-DF - Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Modernização da Gestão das Atividades de Resíduos Sólidos) Com referência a essa situação hipotética, julgue o próximo item, considerando as disposições da Lei Complementar n.º 840/2011 e suas alterações.

09. João estará sujeito a pena de demissão caso rejeite nova designação para integrar outra comissão de processo administrativo disciplinar.

(Quadrix - 2021 - SEDF - Professor Substituto – Administração)

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Complementar Distrital n.º 840/2011, julgue o item:

10. Denúncias anônimas sobre infração disciplinar cometida por servidor serão desconsideradas, sendo indispensável, para o início das investigações, a representação por escrito com a identificação do denunciante.

MARATONA

Qual será a banca?

(CESPE - SEDF - Conhecimentos Básicos - Cargos 1, 3 a 26)

Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar n.º 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais), julgue o item que se segue, a respeito de agentes públicos.

Situação hipotética:

Lucas, servidor público distrital, foi denunciado pela prática de infração disciplinar e, em razão disso, será submetido a processo disciplinar para a apuração de responsabilidade administrativa.

11. Nessa situação, o desenvolvimento do referido processo limitar-se-á às seguintes fases: instauração, inquérito e julgamento.

(IADES - 2014 - SES-DF - Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Anatomia Patológica)

12. Quantos dias são previstos como prazo para a defesa escrita no processo administrativo disciplinar do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, quando houver somente um servidor indiciado e não houver diligências reputadas indispensáveis?

- A.** Cinco.
- B.** Oito.
- C.** Trinta.
- D.** Quinze.
- E.** Dez.

20H20 ÀS 21H - LÍNGUA PORTUGUESA - MARIANA NOLETO

[...] E não é sem razão: a escolha da identificação de classes de uma forma específica tem implicações concretas. O problema não está apenas na terminologia usada, está também na forma como as classes são definidas.

Quem não consegue entender isso pode fazer um exercício simples: identifique pobres como uma classe [...]

01. O pronome “isso” retoma o vocábulo “terminologia”.

O agrupamento das pessoas em classes sociais não é, ao contrário do que alguns pensam, “apenas uma decisão técnica como outra qualquer”. Como tudo no estudo da desigualdade, esse agrupamento reflete decisões políticas, ainda que elas não sejam explícitas. E não é sem razão: a escolha da identificação de classes de uma forma específica tem implicações concretas. O problema não está apenas na terminologia usada, está também na forma como as classes são definidas.

02. Quanto à tipologia, o trecho classifica-se como descritivo, pois objetiva construir um conceito para que o leitor compreenda o agrupamento de pessoas em classes sociais.

Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento e acredita que, “investindo” pouco dinheiro, pode multiplicá-lo.

03. No trecho “Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento”, o vocábulo “contumaz” poderia ser substituído, sem prejuízo da correção e da coerência das ideias do texto, por **incorrigível**.

É hora de os governos agirem para assegurar que as mulheres tenham um assento igual em todas as mesas onde o poder é exercido”, destacou.

A presidente da UIP, Tulia Ackson, classificou o ritmo de avanço como “glacial” e ressaltou a urgência de medidas concretas para garantir representação igualitária.

04. O emprego do termo **presidenta** em vez de “presidente” não só preservaria a correção do texto como também evidenciaria uma opção política de gênero, em consonância com as ideias do texto.

MARATONA

Qual será a banca?

O ciclo vicioso de apostas pode levar ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade, frustração e desesperança, à medida que as perdas se acumulam e as promessas de ganhos nunca se concretizam.

05. No trecho, não haveria prejuízo da correção gramatical e do sentido original se o termo “à medida que” fosse substituído por **pois**.

O agrupamento das pessoas em classes sociais não é, ao contrário do que alguns pensam, “apenas uma decisão técnica como outra qualquer”. Como tudo no estudo da desigualdade, esse agrupamento reflete decisões políticas, ainda que elas não sejam explícitas. E não é sem razão: a escolha da identificação de classes de uma forma específica tem implicações concretas.

06. O uso das aspas no primeiro parágrafo indica um afastamento do autor da ideia transmitida no trecho por elas delimitado.

Qual é a diferença substantiva entre uma pessoa um centavo abaixo da linha de renda que define os benefícios de assistência social e outra um centavo acima? Em renda, irrelevante, mas a classificação elegível e não elegível tem impactos [...]

07. No trecho “Em renda, irrelevante”, a vírgula é empregada para indicar uma elipse.

Nessa fase da vida, boa parte das pessoas enfrenta dificuldade de ingresso — ou reiningresso — no mercado de trabalho.

08. A correção gramatical do texto seria preservada caso a forma verbal “enfrenta” fosse flexionada no plural — **enfrentam**.

Analisando-se a literatura produzida sobre justiça restaurativa desde o final da década de 70 do século passado, verifica-se que há diferentes abordagens.

09. A substituição da forma verbal “há” por **existe** preservaria a correção gramatical e os sentidos do texto.

Existem muitas formas de fazer ciência — na sala de aula, na universidade, em grupos de pesquisa, institutos públicos, em centros

privados.

10. No primeiro período do texto, a flexão da forma verbal “Existem” na terceira pessoa do plural justifica-se pela indeterminação do sujeito da oração.

11. No trecho “A capacidade de processar grandes volumes de dados, agilizar execuções fiscais, realizar triagens em processos licitatórios e otimizar o atendimento ao cidadão é inquestionável!” o emprego da forma verbal “é” na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância do verbo com o termo “capacidade”.

12. No trecho “Isso implica compreender que a adoção de IA não se limita à implementação de ferramentas, mas exige a formação de servidores capazes” a forma verbal “exige” estabelece concordância com o termo “adoção”.

13. No trecho “**Até então, eu sempre ligava a palavra Marina à surrada canção de Dorival Caymmi**”, a expressão “à surrada canção” apresenta um caso de crase facultativa, pois o termo feminino é precedido de advérbio.

14. Na frase: “O cantor, de cima do palco, jogou uma camiseta à ela.” o emprego do sinal indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

15. No trecho a seguir, o emprego da crase é facultativo, segundo a norma-padrão: “Que importância você dá à riqueza vocabular dos livros que lê?”.

Projeto de Lei XXXX/2026
Iniciativa Popular

Institui a Década Distrital da Educação.

Art. 1 Fica instituída a Década Distrital da Educação por meio desta lei que estabelece mecanismos para valorização da educação no Distrito Federal e dos profissionais de educação.

Art. 2 O objetivo central desta Lei é fomentar a qualidade da educação no Distrito Federal e valorizar os profissionais da educação nos próximos dez anos estabelecendo prioridades nas ações do Poder Público, com a participação da sociedade, visando despontar como referência nacional até o final da década.

§1º A Década Distrital da Educação começa a contar a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente a sanção desta Lei.

Art. 3 Para fins desta lei, sem prejuízos de outros normativos, entende-se como profissionais da educação os servidores efetivos e comissionados, profissionais contratados, terceirizados e voluntários que prestam serviço à educação do Distrito Federal.

Art. 4 Os objetivos desta Lei visando da qualidade da educação do Distrito Federal são

I. Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.

II. Definir percentuais por período a serem alcançados em relação aos direitos e aos objetivos da aprendizagem.

III. Institucionalizar e manter programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização das oportunidades educacionais em todas as regiões administrativas.

IV. Universalizar, até o segundo ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador-aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

Art. 5 Os objetivos desta Lei visando a valorização dos profissionais de educação do Distrito Federal são:

I. Instituir a Década Distrital da Educação de valorização dos profissionais da educação no Distrito Federal, a contar do início do decênio.

II. Fortalecer a Carreira Magistério Público do DF e da Carreira Políticas Públicas e Gestão Educacional do DF.

III. Prover prioritariamente as vagas definitivas por profissionais efetivos na SEDF.

IV. Garantir a contribuição efetiva dos profissionais e da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais e intersetoriais.

MARATONA

Qual será a banca?

V. Estabelecer a valorização remuneratória equiparada aos demais profissionais equivalentes.

VI. Ofertar formação continuada adequado ao cargo/função possibilitando atualização profissional.

DÉCADA DISTRITAL DA EDUCAÇÃO

Art. 6 A Década Distrital da Educação objetiva a qualidade da educação no Distrito Federal e valorização dos profissionais da educação visando dar prioridade nas ações para a reconstrução da profissão docente e demais profissionais.

Art. 7 Durante o período de dez anos, as políticas públicas do Poder Executivo devem estabelecer prioridade, no que couber, para a valorização dos profissionais.

FORTALECIMENTO

Art. 8 Deve ser criada uma Comissão Especial da Década da Educação, designada por ato oficial no Diário Oficial, com duração decenal para acompanhamento e cumprimento desta Lei.

Art. 9 A Comissão Especial da Década da Educação constitui um serviço público e relevante, não remunerado, e deve contar a participação de profissionais da educação bem como de representante do Legislativo e Executivo, a ser publicada na Diário Oficial.

Art. 10 A Comissão Especial da Década da Educação deve ter composição paritária dos membros do Executivo, Legislativo e profissionais da educação, sendo:

I. 2 (dois) representantes da Carreira Magistério Público do DF da Secretaria de Estado de Educação;

II. 2 (dois) representantes da Carreira Políticas Públicas e Gestão Educacional do DF da Secretaria de Estado de Educação;

III. 2 (dois) representante do Poder Legislativo;

IV. 2 (dois) representantes da sociedade civil;

V. 2 (dois) representantes de estudante do sistema distrital de educação.

Art. 7 A SEDF junto a Comissão Especial da Década da Educação devem publicar anualmente um relatório com um balanço a sobre o cumprimento da lei, antes do início do ano letivo informando os indicadores utilizados.

PROVIMENTO

Art. 8 As vagas definitivas de docência deverão ser preenchidas prioritariamente por servidores efetivos.

§1º Em caso de vacância, previstas pela Lei Complementar n 840/11 pode a SEDF prover por profissional substituto por até 45 dias, prorrogáveis, uma única vez, por igual período.

§ 2º No caso de provimento por profissional substituto aprovado em Processo Seletivo Simplificado, a avaliação deve ocorrer no mês de outubro.

MARATONA

Qual será a banca?

Art. 9 Durante o período de vigência desta Lei deve ser nomeado candidato aprovado em concurso prévio para ocupar a vaga definitiva visando a o provimento de profissionais efetivo na carreira magistério e assistência a educação.

Art. 10 As funções exercidas por Educador Social Voluntário devem ser gradativamente substituídas pelos Analistas em Políticas Públicas e Gestão Educacional especialidade monitor

§1º A SEDF deve apresentar, em até 180 dias, um plano gradativo sobre as substituições a se finalizar em até 4 anos.

§2º O cumprimento do plano deve ser acompanhando pela Comissão Especial da Década da Educação, pela SEDF e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 11 Fica garantida a participação dos profissionais da educação nos processos decisórios do Poder Público, bem como na Comissão Especial da Década da Educação.

EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA

Art. 12 O cumprimento da meta de valorização do Plano Distrital de Educação deve ser objeto prioritário do Poder Executivo, que semestralmente, deve apresentar, em audiência pública, as medidas tomadas para o atingimento do disposto.

§1º Em caso de descumprimento, de não realização de audiência pública, com convocação da sociedade, ou não apresentar resultados de evolução, caberá responsabilização.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 13 A formação continuada para os profissionais deve ser oferecida e incentivada pela SEDF podendo ser realizada durante a jornada e contabilizar para progressão na carreira.

Art. 14 A SEDF, em documento próprio, deve estabelecer os mecanismos de formação continuada considerando as tecnologias de informação e comunicação.

AVALIAÇÃO E BALANÇO

Art. 16 Os resultados aferidos de acompanhamento da Lei deverão ser publicados antes do início de cada ano letivo pela SEDF.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação instituindo a década da educação no DF.

   OSPEDAGOGICOS

E F E T I V O S E D F 2 0 2 6

MARATONA

Qual será a banca?

 **PEDAGÓGICOS**
cursos e concursos